



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

015. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto “Chega de desculpas”, do jornalista português João Pereira Coutinho, para responder às questões de números 01 a 06.

A herança ibérica é causa dos problemas do Brasil? A pergunta é recorrente. A convite de uma associação de estudantes, estive em São Paulo para uma conversa sobre o assunto.

Não foi fácil: entrei no auditório, e estavam ali talvez umas 300 pessoas para escutar e, quem sabe, pedir a minha pele. No fim, saí ileso e ninguém comprou a ideia de que os portugueses são responsáveis pela situação do Brasil. É verdade. O país pode estar em crise, mas as novas gerações enchem o meu coração de otimismo.

Mas vamos ao que interessa: a colonização foi coisa boa ou coisa má? A pergunta, pelo seu maniqueísmo, já é falha. Nenhuma colonização é totalmente boa ou totalmente má. Existiram bons legados e maus legados.

Começo pelos bons: a ausência de uma “superioridade de raça”. Sérgio Buarque de Holanda sabia do que falava. Gilberto Freyre também. Como dizem ambos, os portugueses que chegaram em 1500 já eram um povo “mestiço” – uma salada de latinos, africanos, árabes, etc. Isso é importante?

É. Porque não foram apenas os portugueses a colonizar o Brasil. Os nativos também colonizaram os portugueses – e essa “plasticidade”, para usar um termo caro a esses estudiosos, impediu a rigidez cultural, social e até sexual, que outros povos colonizadores espalharam por seus domínios.

Sim, sei: você gostaria de ter sido colonizado por holandeses, ingleses, quem sabe franceses. Coisa chique, mas foram eles que colonizaram a África do Sul, a Índia e a Argélia...

Está no seu direito. Mas, como diz um amigo, você consegue imaginar a “Garota de Ipanema” cantada em holandês? A musicalidade dos brasileiros precisou de semente mestiça para florescer.

Pena que nem tudo tenha florescido – e aqui mergulho no lado lunar. Os portugueses não foram exemplares na educação da colônia. No século 18, afirma Sérgio Buarque, milhares de livros eram publicados no México. Ao mesmo tempo, a Coroa portuguesa fechava as tipografias dos trópicos porque temia que ideias subversivas pudessem corromper a estabilidade do Brasil.

E quem fala em livros fala em educação: Sérgio relembra que, entre os anos de 1775 e 1821, 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados saíram com diploma da Universidade do México. Em igual período, só 720 brasileiros conseguiram a proeza (pela Universidade de Coimbra, claro).

Finalmente, existe uma herança pesada da colonização portuguesa: esse patrimonialismo que atribui ao Estado o papel de “baby-sitter” do cidadão. Isso significa que um homem assume a mentalidade de uma criança que tudo espera do Estado, desde o berço até a sepultura.

Os portugueses deixaram o Brasil há quase 200 anos, e qualquer pessoa adulta sabe que o presente do Brasil é um produto das escolhas dos brasileiros, portanto chega de desculpas.

(Folha de S.Paulo, 20.10.2015. Adaptado)

01. Assinale a alternativa correta de acordo com as informações do texto.

- (A) O termo plasticidade refere-se à característica de povo mestiço que os portugueses adquiriram depois do contato com os nativos no Brasil.
- (B) O talento dos músicos brasileiros, fruto de nossa origem mestiça, é reconhecido mundialmente como superior à grande maioria dos artistas estrangeiros.
- (C) A dependência que os brasileiros têm em relação ao Estado, que desejam paternalista, é um dos aspectos negativos da colonização portuguesa.
- (D) O Brasil estaria em situação bastante favorável, como a da África do Sul e da Argélia, se tivesse sido colonizado pela Holanda ou pela França.
- (E) Os estudos de Sérgio Buarque asseguram que os 720 brasileiros formados em Coimbra deixaram o Brasil por se oporem à privação de liberdade imposta pela Coroa portuguesa.

02. Com relação ao encontro com os estudantes que o esperavam para uma conversa sobre o nosso país, é correto afirmar que o autor

- (A) se sentiu hostilizado, já que os estudantes se mostraram refratários ao seu ponto de vista sobre a colonização do Brasil.
- (B) notou que os jovens sabiam pouco a respeito do tema em debate, portanto conseguiu persuadi-los prontamente.
- (C) não teve receios antes de dialogar com os estudantes, pois considera que os jovens são menos preconceituosos que os adultos.
- (D) baseou seu discurso nas ideias de Sérgio B. de Holanda e Gilberto Freyre, dois estudiosos do Brasil que os jovens presentes desconheciam.
- (E) imaginava um provável confronto com o público, porém terminou o evento sentindo-se confiante na nova geração de brasileiros.

03. A frase do terceiro parágrafo “A pergunta, pelo seu maniqueísmo, já é falha.” pode ser reescrita, sem alteração do sentido do texto, como indicado em:

- (A) A interrogação, por expressar visão do mundo em que bem e mal permanentemente se complementam, já é capciosa.
- (B) A reiteração, por compreender por uma perspectiva pluralista a relação entre as forças do bem e do mal, já é tendenciosa.
- (C) O questionamento, por expor visão do mundo em que bem e mal neutralizam mutuamente suas forças, já é falacioso.
- (D) A indagação, por conceber o mundo dividido entre os poderes opostos e incompatíveis do bem e do mal, já é imperfeita.
- (E) A ratificação, por apresentar o bem e o mal definidos como poderes absolutos e distintos que dominam o mundo, já é ofensiva.

04. Leia os trechos selecionados do texto.

- Ao mesmo tempo, a Coroa portuguesa fechava as tipografias dos trópicos **porque** temia que ideias subversivas pudessem corromper a estabilidade do Brasil. (8º parágrafo)
- ... e qualquer pessoa adulta sabe que o presente do Brasil é um produto das escolhas dos brasileiros, **portanto** chega de desculpas. (último parágrafo)

Assinale a alternativa em que as duas expressões destacadas apresentam, respectivamente, as mesmas relações entre ideias estabelecidas pelas expressões **porque** e **portanto**.

- (A) Cancelaram a reserva no hotel **visto que** a filha não pôde tirar férias. / Os funcionários do hotel trabalharam incansavelmente, **logo** mereceram a gratificação recebida.
- (B) Todos aplaudiram o ator **assim que** ele entrou no palco. / O ator representou o papel magnificamente, **por isso** foi ovacionado pela plateia.
- (C) Os veículos foram estacionados **conforme** as vagas disponíveis nos andares do prédio. / O carro quebrou no meio da estrada, **e** não pudemos chegar ao nosso destino.
- (D) Iniciaram a entrega dos diplomas **já que** todos os formandos haviam chegado. / **Caso** os documentos sejam autênticos, o diploma lhe será concedido.
- (E) **Para que** vivam em melhores condições, os refugiados foram transferidos para outro local. / **Ainda que** muitas pessoas se oponham, há países que não se recusam a receber refugiados.

05. Considere os trechos selecionados do texto.

- Não foi fácil: entrei no auditório, e **estavam** ali talvez umas 300 pessoas para escutar... (2º parágrafo)
- **Existiram** bons legados e maus legados. (3º parágrafo)
- Os portugueses deixaram o Brasil **há** quase 200 anos... (último parágrafo)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as formas verbais destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) reunia-se; Houve; faz.
- (B) reunia-se; Houveram; fazem.
- (C) reuniam-se; Houve; faz.
- (D) reuniam-se; Houveram; fazem.
- (E) reuniam-se; Houveram; faz.

06. Assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte frase:

O leitor tem direito

- (A) à restrições com relação ao ponto de vista exposto pelo autor.
- (B) à defesa da ideia de que outros colonizadores seriam preferíveis aos portugueses.
- (C) à acreditar que o Brasil deveria ter sido colonizado por outros povos.
- (D) à uma opinião diversa da veiculada por esse texto jornalístico.
- (E) à argumentos que tornem discutível o parecer do autor.

Leia o texto “Star Trek” para responder às questões de números 07 a 09.

Quando estreou, em 1966, a série “Jornada nas Estrelas” exibia um futuro que parecia realmente improvável e distante. A série era ambientada no século 23 e acompanhava as aventuras dos tripulantes da nave espacial Enterprise, com a missão de explorar o espaço e ir “aonde nenhum homem jamais esteve”.

O teletransporte ainda não virou realidade, mas muitos *gadgets** da série passaram a integrar o cotidiano. Sempre que o capitão Kirk estava em apuros, abria seu comunicador e entrava em contato com a equipe. Trinta anos depois, a Motorola lançou o StarTAC, popularizando o uso da telefonia móvel. Os acertos não pararam por aí: da impressora 3D à televisão de tela plana, dos disquetes aos dispositivos USB, a série previu com surpreendente exatidão a relação do homem com a tecnologia.

“Jornada nas Estrelas” era transgressora em sua diversidade: a equipe tinha homens e mulheres de diferentes etnias trabalhando em igualdade. Hoje, ainda não existem habitantes de Vulcano morando entre nós, mas a ideia de que pessoas de gêneros e etnias diferentes possam cumprir as mesmas funções não é mais algo utópico.

(Aventuras na História, outubro de 2014. Adaptado)

*gadgets: dispositivos, aparelhos

07. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito dos trechos selecionados do texto.

- (A) Em “a série ‘Jornada nas Estrelas’ exibia um futuro que parecia **realmente** improvável e distante”, a expressão destacada apresenta circunstância de meio, indicando que o futuro imaginado pela série era inconcebível.
- (B) Em “com a missão de explorar o espaço e ir ‘aonde nenhum homem **jamais** esteve””, a expressão destacada apresenta circunstância de lugar, indicando que o objetivo da missão era colonizar e dominar planetas desconhecidos.
- (C) Em “Sempre que o capitão Kirk estava **em apuros**, abria seu comunicador”, a expressão destacada apresenta circunstância de modo, indicando que a personagem muitas vezes se via em perigo.
- (D) Em “a série previu **com surpreendente exatidão** a relação do homem com a tecnologia”, a expressão destacada apresenta circunstância de causa, indicando que a série previu acertadamente o uso dos atuais recursos tecnológicos.
- (E) Em “a equipe tinha homens e mulheres de diferentes etnias trabalhando **em igualdade**”, a expressão destacada apresenta circunstância de afirmação, indicando que a divisão de trabalho era realizada democraticamente.

08. Leia a frase reescrita a partir das ideias do texto.

_____ em promover a igualdade de gênero e etnias, os episódios de “Jornada nas Estrelas” retratavam o empenho e a coragem _____ da tripulação que, conjuntamente, agia para superar todas as adversidades.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas da frase devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) Interessada ... contínuas
- (B) Interessada ... contínuos
- (C) Interessado ... contínuos
- (D) Interessados ... contínuos
- (E) Interessados ... contínuas

09. Observe as expressões destacadas nas frases reescritas do texto.

- Ambientada no século 23, a série sempre retratava **as aventuras dos tripulantes da Enterprise**, e a missão era explorar **o espaço** enfrentando o desconhecido.
- Trinta anos depois, a Motorola lançou o StarTAC, que popularizou **o uso da telefonia móvel**.

Assinale a alternativa em que os pronomes substituem, corretamente, as expressões destacadas e estão colocados adequadamente nas frases de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) ... sempre retratava-as... / ... era explorá-lo... / ... que lhe popularizou...
- (B) ... sempre retratava-as... / ... era o explorar... / ... que o popularizou...
- (C) ... sempre lhes retratava... / ... era explorá-lo... / ... que popularizou-lhe...
- (D) ... sempre as retratava... / ... era o explorar... / ... que popularizou-o...
- (E) ... sempre as retratava... / ... era explorá-lo... / ... que o popularizou...

10. Considere o texto baseado na tirinha a seguir.

NÍQUEL NÁUSEA FERNANDO GONSALES



(Folha de S.Paulo, 22.08.2013)

Zlitz adverte o companheiro _____ que estão perdidos no espaço. Zlotz, mostrando-se _____, mas _____, afirma que tem um mapa _____ qual poderão se orientar. Porém o mapa _____ que ele faz menção é astrológico, o que é inútil para que possam encontrar a rota desejada.

Para que o texto esteja correto de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e mantenha-se fiel ao sentido da tirinha, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) de ... proativo ... inexperiente ... com o ... a
- (B) de ... temeroso ... inconsequente ... do ... com
- (C) de ... diligente ... estabonado ... do ... a
- (D) a ... voluntarioso ... inábil ... com o ... em
- (E) a ... intrépido ... ingênuo ... no ... em

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Determinada lei municipal regulamentou o sistema de consórcios e sorteios em seu território. A ação cabível para que essa lei seja declarada inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, ante a usurpação da competência da União para, privativamente, legislar sobre o assunto, é a
- (A) ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
 - (B) ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
 - (D) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (E) ação ordinária.
12. Assinale a alternativa correta sobre a eficácia e a aplicabilidade das normas constitucionais.
- (A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas constitucionais de conteúdo programático, que veiculam diretrizes de políticas públicas, não possuem caráter cogente e vinculante.
 - (B) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que a norma constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia ilimitada.
 - (C) Normas constitucionais de princípio institutivo são aquelas por meio das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei.
 - (D) O mandado de injunção é importante instrumento de concretização dos direitos fundamentais, provenientes de normas constitucionais de eficácia contida, diante da falta total ou parcial de norma regulamentadora que torne inviável o seu exercício.
 - (E) Embora as normas constitucionais de eficácia limitada já tenham condições de produzir todos os seus efeitos, uma norma infraconstitucional poderá reduzir a sua abrangência.
13. A Constituição Federal autoriza, excepcionalmente, a intervenção do Estado em seus Municípios na hipótese de
- (A) deixar de ser paga, sem justificativa, por dois anos, a dívida fundada.
 - (B) não ter sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal em ações de políticas públicas.
 - (C) inobservância de princípios estabelecidos na Constituição do Estado.
 - (D) necessidade de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - (E) não terem sido prestadas contas devidas, na forma da lei.
14. Conforme o que estabelece a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre imunidade parlamentar, é correto afirmar que
- (A) nos limites da circunscrição do Município, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos, independentemente de haver pertinência com o exercício do mandato.
 - (B) o vereador municipal tem apenas imunidade material, não lhe tendo sido atribuída a imunidade formal.
 - (C) as imunidades estendem-se aos suplentes, ainda que não tenham assumido o cargo.
 - (D) o vereador municipal possui imunidade formal em relação a crimes praticados antes ou após a diplomação.
 - (E) após a Emenda Constitucional nº 35/2001, recebida a denúncia contra vereador, por crime ocorrido após a diplomação, a Câmara Municipal pode, pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento da ação até a decisão final.
15. De acordo com a Constituição Federal e com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, inclui-se na competência do Tribunal de Contas
- (A) apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
 - (B) determinar a quebra de sigilo bancário.
 - (C) julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (D) executar suas próprias decisões.
 - (E) apreciar a legalidade, para fins de registro, das nomeações para cargo de provimento em comissão.
16. O Presidente da República editou determinada Medida Provisória a respeito de certos direitos individuais, tendo-a submetido de imediato ao Congresso Nacional.
- Sobre essa medida provisória, é correto afirmar que
- (A) será apreciada, em sessão conjunta, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (B) será inconstitucional se reeditada, na mesma sessão legislativa, se outra já tiver perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - (C) caso aprovado o projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta perderá sua eficácia, desde sua edição.
 - (D) se não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência.
 - (E) é inconstitucional porque é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direitos individuais.

17. Pedro, Prefeito do Município Alfa, estava no terceiro ano de seu primeiro mandato quando se separou de Rachel. Logo após, Rachel, que não exercia profissão, lançou-se candidata a Vereadora do mesmo município.

Diante dessa situação, nos termos da Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Rachel

- (A) era elegível quando casada com Pedro, pois não se candidatou para o cargo de Prefeito.
- (B) tornou-se elegível porque a separação ocorreu antes do último ano do mandato de Pedro.
- (C) tornou-se elegível porque se separou de Pedro.
- (D) se tornará elegível após a separação, se Pedro se desincompatibilizar de seu cargo seis meses antes das eleições.
- (E) se tornará elegível após a separação, se Pedro não for reeleito.

18. Nos termos expressos da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura rege-se pelo seguinte princípio:

- (A) ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- (B) redução das desigualdades regionais e sociais.
- (C) garantia do padrão de qualidade.
- (D) soberania nacional.
- (E) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

19. Sobre a política urbana, a Constituição Federal estabelece que

- (A) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na lei orgânica municipal.
- (B) o plano diretor é aprovado pelo Poder Executivo, assegurada a participação da sociedade no processo decisório.
- (C) o estatuto da cidade é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) na usucapião especial urbana, a área do imóvel usucapiendo não poderá ultrapassar cinquenta metros quadrados.
- (E) o título de domínio e a concessão de uso, na usucapião especial urbana, serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

20. Roberto é servidor público de determinada autarquia e foi eleito para o mandato de Prefeito. Segundo a Constituição Federal, Roberto, ao ser investido no mandato de Prefeito,

- (A) perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (B) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, devendo receber a remuneração do cargo eletivo.
- (C) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, sendo que, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (D) será afastado do cargo que ocupa na autarquia, e seu tempo de serviço será contado apenas para fins de aposentadoria.
- (E) deverá ser exonerado do cargo que ocupa na autarquia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Com relação aos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) a ampla defesa e o contraditório são considerados direitos e garantias fundamentais do acusado, mas o ordenamento jurídico brasileiro hodiernamente não os recepciona como princípios da Administração Pública.
- (B) a Administração, orientada pelo princípio da eficiência, pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- (C) a razoabilidade é princípio implícito na Constituição Federal, não contemplado no ordenamento jurídico brasileiro, cuja violação se constitui em ato de improbidade administrativa.
- (D) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, podendo ser aplicada ao responsável a perda da função pública.
- (E) a segurança jurídica e o interesse público são considerados garantias implícitas na Constituição Federal, entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro hodiernamente não os recepciona como princípios da Administração Pública.

22. Ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente ao interesse do particular.

É correto afirmar que o enunciado contempla o conceito de

- (A) autorização de uso.
- (B) permissão de uso.
- (C) concessão de uso.
- (D) permissão de uso especial.
- (E) concessão de direito real.

23. Considere hipoteticamente que o Poder Público Municipal desaproprie determinada área visando a construção de um Posto de Saúde e depois decida edificar ali uma Escola Municipal.

Analisando o enunciado no que concerne à retrocessão, é correto afirmar que:

- (A) mesmo o Poder Público utilizando o bem expropriado para o interesse público, o ordenamento jurídico atual contempla essa hipótese como caso de retrocessão obrigatória, sujeitando-o a indenizar o expropriado.
- (B) a retrocessão somente estará configurada se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para o qual se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos.
- (C) se trata de caso de retrocessão ilícita em razão de destinação diversa da inicialmente pretendida, entretanto, não se verifica qualquer direito à indenização ao expropriado.
- (D) apesar do Poder Público utilizar o bem expropriado para o interesse público, o ordenamento jurídico atual trata esse caso como desvio de finalidade, sujeitando-o à obrigatoriedade de restituição do bem por direito real de preferência.
- (E) a retrocessão somente estará configurada se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para o qual se desapropriou, portanto, deverá o Poder Público oferecer ao expropriado o bem pelo preço pago.

24. Com relação à possibilidade de Mandado de Segurança contra atos praticados em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A legislação atual contempla a inadequação da via mandamental para a discussão de atos praticados em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça consolidou sua posição de que não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (C) O Superior Tribunal de Justiça consolidou sua posição de que cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (D) A legislação atual contempla a inadequação da via mandamental para a discussão de atos praticados em licitação promovida por sociedade de economia mista, sendo, porém, autorizada contra atos de empresa pública.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça consolidou sua posição de que cabe mandado de segurança, tão somente contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista, vedando a hipótese contra empresa pública.

25. Nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, é correto afirmar que

- (A) os Municípios poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, independentemente de autorização da União, para utilizar suas funcionalidades.
- (B) a legislação para os Municípios entrará em vigor somente a partir de 1º de janeiro de 2017.
- (C) a inadimplência da Administração Pública transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
- (D) a remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria gera vínculo trabalhista com o poder público.
- (E) os Municípios, mediante autorização dos Estados, poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV para utilizar suas funcionalidades.

26. No que tange às Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta.
- (A) Comportam duas modalidades: a concessão patrocinada e a concessão administrativa.
 - (B) Trata-se de uma nova modalidade de concessão especial de serviços públicos existente apenas no Brasil.
 - (C) É vedada a celebração de contrato cujo valor seja inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
 - (D) O contrato poderá contemplar como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - (E) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, sendo vedada a cessão de créditos não tributários.
27. São meios específicos de controle judicial da Administração: o mandado de segurança, a ação popular, o *habeas corpus*, o *habeas data* e o mandado de injunção.
- Com relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.
- (A) O mandado de segurança substitui a ação popular.
 - (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
 - (C) Cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
 - (D) O mandado de segurança é substitutivo de ação de cobrança.
 - (E) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
28. Com relação à responsabilização administrativa e civil de pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
 - (B) A legislação que disciplina o assunto não se aplica aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a Administração Pública estrangeira, quando cometidos no exterior.
 - (C) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, sendo autorizada ainda a subdelegação.
 - (D) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.
 - (E) Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
29. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder para o Município, 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida. A repartição desse limite, para o Município de Mogi das Cruzes, não poderá exceder os seguintes percentuais:
- (A) 5% (cinco por cento) para o Legislativo e 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Executivo.
 - (B) 2% (dois por cento) para o Legislativo e 58% (cinquenta e oito por cento) para o Executivo.
 - (C) 6% (seis por cento) para o Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
 - (D) 4% (quatro por cento) para o Legislativo e 56% (cinquenta e seis por cento) para o Executivo.
 - (E) 3% (três por cento) para o Legislativo e 57% (cinquenta e sete por cento) para o Executivo.
30. No que concerne ao contido na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que
- (A) a sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da Administração indireta.
 - (B) a empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
 - (C) a sociedade de economia mista não poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.
 - (D) a sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade limitada e deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno.
 - (E) a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

31. Cláudia, apresentadora de um telejornal na televisão aberta, teve sua foto na praia divulgada em revista de circulação nacional. Além da foto divulgada, a revista fez uma matéria afirmando que Cláudia estaria usufruindo suas férias com dinheiro ilícito. Um escritório de contabilidade aproveitou a foto e a notoriedade do fato para fazer propaganda dos serviços oferecidos pelo escritório.

Diante dos fatos narrados, responda corretamente.

- (A) É civilmente responsável pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, apenas o autor do escrito.
- (B) Para Cláudia ter direito a indenização, é necessário fazer prova do prejuízo sofrido.
- (C) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- (D) Por se tratar de fato notório, o escritório de contabilidade pode usar o nome de Cláudia em propaganda comercial.
- (E) Não é cabível indenização por dano moral no caso descrito uma vez que a publicação das fotos de Cláudia não causaram a ela dor e sofrimento.

32. Isabel, professora palestrante, propôs ação de execução contra escola particular buscando obter honorários relativos aos serviços prestados há quatro anos. A escola, citada, não apresentou defesa. Após julgada procedente a ação, a escola apresentou apelação, alegando que o prazo já estava prescrito, mas aceitava discutir o assunto.

Sobre o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes podem, de comum acordo, alterar o prazo de prescrição de forma que o direito material seja julgado.
- (B) A ação proposta por Isabel não está prescrita, uma vez que o prazo para pretensão dos professores por seus honorários é de cinco anos.
- (C) A escola não pode alegar prescrição em sede de recurso, uma vez que prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau.
- (D) A escola, por ser pessoa jurídica, deve responder com o seu patrimônio, sem direito de ação contra seus representantes legais que deram causa à prescrição.
- (E) A renúncia à prescrição apresentada pela escola só seria válida se fosse feita antes da prescrição se consumir.

33. Joana propõe ação de indenização por danos morais contra Amanda. Joana arrola como testemunha André, com dezessete anos de idade, Eduardo, seu marido e Paulo, que é notoriamente inimigo capital de Amanda. Já Amanda arrola Arthur, seu tio e Cláudia, sua amiga íntima há muitos anos.

Diante do exposto, quais testemunhas poderão ser admitidas?

- (A) Cláudia e Eduardo.
- (B) Apenas Arthur.
- (C) Cláudia, Arthur e Paulo.
- (D) Apenas André.
- (E) Arthur e André.

34. Marcos, residente e domiciliado em Goiânia, assinou um contrato de compra e venda de bois, no qual se comprometia a pagar para Pedro, residente e domiciliado em Cuiabá, o valor de trezentos reais mensais, durante 24 meses. Conforme previsão no Código Civil, o pagamento seria efetuado no domicílio do devedor, ou seja, Goiânia. Ocorre que Marcos constantemente viajava para Cuiabá e passou a efetuar o pagamento nessa cidade. Porém, após o pagamento da vigésima parcela, Marcos decidiu pagar o valor em Goiânia, o que não foi aceito por Pedro.

Diante do narrado, é possível afirmar que

- (A) Marcos está correto em razão do instituto conhecido como *duty to mitigate the law*.
- (B) Marcos está correto, pois o devedor, por ser a parte mais fraca na relação jurídica, tem o direito de escolher onde irá realizar o pagamento.
- (C) Marcos está correto em razão do instituto conhecido como *venire contra factum proprium*.
- (D) Pedro está correto em razão do instituto conhecido como *supressio*.
- (E) Pedro está correto, pois a relação está fundamentada no código de defesa do consumidor.

35. Sobre enriquecimento sem causa, assinale a alternativa correta.

- (A) A restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.
- (B) No caso de enriquecimento de coisa determinada, se não for possível a restituição do objeto, o valor a ser pago será o valor do bem atualizado.
- (C) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o valor indevidamente auferido à época, sem atualização.
- (D) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu pode optar por restituir o objeto ou pagar o valor de avaliação.
- (E) Cabe restituição por enriquecimento ainda que a lei confira ao lesado outros meios para ressarcimento do prejuízo sofrido.

36. Sobre a hipoteca, assinale a alternativa correta.
- (A) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante o adquirente do imóvel.
 - (B) É anulável a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
 - (C) O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, apenas em favor de outro credor.
 - (D) A hipoteca não abrange acessões ou benfeitorias feitas no imóvel.
 - (E) Não pode ser objeto de hipoteca o direito real de uso.
37. Das situações a seguir descritas, qual se aplica a Guilherme, que completou 62 anos no último mês.
- (A) Em caso de necessidade de alimentos, a obrigação alimentar será prestada na forma de lei especial.
 - (B) Guilherme ainda não pode se valer do Estatuto do Idoso, uma vez que o referido estatuto aplica-se para pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
 - (C) Caso Guilherme seja aprovado em concurso público, em primeiro lugar, empatado com outro candidato de trinta e dois anos, o critério de desempate será o maior número de acertos em conhecimentos específicos.
 - (D) A obrigação dos filhos em prestar alimentos para Guilherme será subsidiária, devendo obedecer à ordem de nascimento dos filhos.
 - (E) O benefício do transporte coletivo público urbano gratuito para pessoas da mesma faixa etária de Guilherme depende de legislação local.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. A respeito da lei processual civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O prazo de *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil foi de seis meses decorrido da data de sua publicação.
 - (B) As condições da ação regem-se pela lei vigente à data de propositura da ação.
 - (C) A lei vigente na data do oferecimento da peça recursal é a reguladora dos efeitos e dos requisitos da admissibilidade dos recursos.
 - (D) A revelia, bem como os efeitos, regulam-se pela lei vigente na data do ajuizamento da demanda.
 - (E) A resposta do réu, bem como seus efeitos, regem-se pela lei vigente na data do ajuizamento da demanda, que torna a coisa julgada.

39. Caio ajuizou a competente ação de indenização por danos materiais e morais contra Gaio, em razão de acidente automobilístico. Todavia, o autor deixou de indicar a quantificação dos danos morais sofridos. O juiz da ação determinou que Caio emendasse a inicial, indicando a quantificação dos danos morais sofridos em razão do infortúnio.

O caso descrito refere-se ao princípio processual

- (A) da vedação da decisão surpresa.
 - (B) do contraditório e da ampla defesa.
 - (C) da motivação.
 - (D) do dispositivo.
 - (E) da cooperação.
40. A respeito do incidente da desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) o encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade empresarial não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica.
 - (B) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível somente nas fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença.
 - (C) instaurado o incidente da desconsideração da personalidade jurídica, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para oferecer contestação e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.
 - (D) a instauração do incidente é dispensada se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida já na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
 - (E) cabe o recurso de apelação contra decisão que resolve o incidente da desconsideração da personalidade jurídica, podendo ser considerada de mérito, apta, portanto, à coisa julgada e à ação rescisória.

41. Assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela de evidência somente será cabível quando a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.
- (B) A tutela de urgência é admissível somente em demanda condenatória e constitutiva.
- (C) A tutela provisória depende de caução e não pode ser deferida antes da citação do réu.
- (D) A tutela de evidência será concedida pelo juiz quando houver demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.
- (E) O entendimento predominante é que cabe a concessão de tutela provisória a qualquer momento, inclusive na sentença.

42. O sistema processual civil brasileiro adotou o princípio do livre convencimento motivado do órgão julgador. O juiz, diante do dever de decidir (proibição do *non liquet*), tem o poder-dever de aplicar ao caso a norma jurídica pertinente, mesmo que ela não tenha sido suscitada pelas partes.

Assinale o tema que pode ser conhecido de ofício e a qualquer tempo e grau de jurisdição, sem que haja violação ao princípio do livre convencimento motivado.

- (A) Convenção de arbitragem.
- (B) Incompetência relativa.
- (C) Correção monetária.
- (D) Honorários advocatícios.
- (E) Abusividade de cláusulas em contratos bancários.

43. A respeito do tema dos recursos no direito processual civil, é correto afirmar que

- (A) a preliminar de repercussão geral da questão constitucional suscitada é requisito formal necessário para o conhecimento de todos os recursos extraordinários, sob pena de não ser admitido o referido recurso.
- (B) o juízo de retratação do magistrado somente é cabível no agravo de instrumento e no recurso especial.
- (C) os embargos de declaração interpostos intempestivamente pelo recorrente não suspendem o prazo para interposição de outro recurso.
- (D) a recusa do recorrido ao pedido de desistência recursal deve ser fundamentada e justificada, não bastando a simples alegação de discordância.
- (E) os embargos infringentes são cabíveis quando o acórdão não unânime proferido pelo tribunal houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.

44. Uma servidora municipal exerceu, desde 22 de outubro de 1986, a função de dentista na municipalidade, atuando em ambiente insalubre. A autora ressaltou que a inexistência de lei complementar inviabilizava o exercício do direito à aposentadoria, implementado o período consentâneo com o desgaste decorrente do contato com agentes nocivos à saúde, com portadores de moléstias infectocontagiosas humanas e materiais e objetos contaminados.

No caso hipotético em tela, a ação cabível para obtenção da aposentadoria especial é

- (A) o mandado de segurança.
- (B) a ação declaratória.
- (C) o mandado de injunção.
- (D) o *habeas data*.
- (E) o mandado de segurança coletivo.

45. De conformidade com o Código Tributário Nacional, extingue o crédito tributário

- (A) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (B) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (C) a moratória.
- (D) a conversão de depósito em renda.
- (E) a isenção.

46. Em relação às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União Federal, é correto afirmar que

- (A) não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) não incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- (C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo vedada a cobrança da contribuição, na fatura de consumo de energia elétrica.
- (D) não poderão ter alíquotas *ad valorem*.
- (E) poderão ter alíquota específica, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.

47. De acordo com a Lei da Medida Cautelar Fiscal,

- (A) cessa a eficácia da medida cautelar se não for executada dentro de 90 (noventa) dias.
- (B) o requerido será citado para, no prazo de 30 (trinta) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
- (C) da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá agravo de instrumento, sem efeito suspensivo, salvo se o requerido oferecer garantia.
- (D) a medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e não poderá ser requerida se a execução judicial estiver em Tribunal.
- (E) salvo decisão em contrário, a medida cautelar fiscal conservará sua eficácia durante o período de suspensão do crédito tributário ou não tributário.

48. Em relação às preferências do crédito tributário, estabelecidas pelo Código Tributário Nacional,
- (A) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, bem como aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
 - (B) são extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
 - (C) a multa tributária prefere apenas aos créditos com garantia real.
 - (D) são pagos preferencialmente a quaisquer outros, os créditos tributários vencidos, a cargo de pessoas jurídicas de direito público ou privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação, sendo vedada a cobrança dos créditos vencidos.
 - (E) é inconstitucional a lei que estabeleça limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.

DIREITO FINANCEIRO

49. Segundo a Constituição Federal do Brasil, no seu capítulo II – Das Finanças Públicas –, a lei complementar disporá sobre
- (A) as finanças públicas.
 - (B) o plano plurianual.
 - (C) as diretrizes orçamentárias.
 - (D) os orçamentos anuais.
 - (E) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União.
50. Assinale a alternativa que apresenta-se de acordo com a lei que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (A) Não constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.
 - (B) O Poder Executivo, trimestralmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.
 - (C) Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, não serão objeto de registro ou individualização e de controle contábil.
 - (D) O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
 - (E) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho.

51. Assinale a alternativa que encontra-se de acordo com a lei que estabelece as Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências.
- (A) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão do plano plurianual.
 - (B) É permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
 - (C) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - (D) No prazo de sessenta dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
 - (E) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
52. Segundo o princípio da não vinculação ou não afetação das receitas é
- (A) vedada, dentre outras hipóteses constitucionalmente previstas, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos especificados na Constituição Federal do Brasil.
 - (B) permitido a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - (C) permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) vedada, dentre outras hipóteses previstas na Constituição Federal do Brasil, a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos para a prestação de garantia ou contragarantia aos Estados e para pagamento de débitos para com estes.
 - (E) permitida a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa anterior à instituição dos respectivos fundos.

- 53.** O trabalho em *home office*
- (A) é modalidade de teletrabalho exercido com autonomia.
 - (B) pode ser exercido sob a forma de relação de emprego.
 - (C) pressupõe a existência da relação de emprego.
 - (D) não pode ser exercido sob a forma de relação de emprego.
 - (E) pressupõe o trabalho prestado pelo empregado com a ajuda de membros da família.
- 54.** Na terceirização, a responsabilidade da empresa tomadora dos serviços em relação às obrigações trabalhistas da empresa contratada
- (A) é subsidiária quando as empresas integram o mesmo grupo econômico.
 - (B) não subsiste, atualmente, tendo em vista a decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal.
 - (C) é solidária quando as empresas integram o mesmo grupo econômico.
 - (D) não subsiste quando o contrato de prestação de serviços possui cláusula que atribui responsabilidade exclusiva à empresa contratada.
 - (E) não abrange todas as verbas trabalhistas, tais como a multa por atraso na quitação, que é devida apenas pelo empregador.
- 55.** A empregada gestante
- (A) pode trabalhar em atividade ou local insalubre, desde que lhe sejam fornecidos os equipamentos de proteção individual.
 - (B) não pode trabalhar em atividade considerada perigosa.
 - (C) pode se afastar do trabalho para a realização de, no mínimo, 5 (cinco) consultas médicas.
 - (D) tem o direito de rescindir o contrato de trabalho que seja prejudicial à gestação, mediante atestado médico.
 - (E) não possui estabilidade provisória na hipótese de contrato por prazo determinado.
- 56.** Na hipótese de acidente do trabalho ou moléstia ocupacional, a responsabilidade civil do empregador
- (A) subsiste na hipótese de dolo ou culpa.
 - (B) não subsiste, vez que transferida ao órgão previdenciário.
 - (C) subsiste apenas na hipótese de dolo direto ou culpa.
 - (D) subsiste apenas na hipótese de dolo direto ou culpa grave.
 - (E) subsiste em qualquer circunstância, pois se trata de responsabilidade objetiva.

- 57.** Com relação à posse e exercício de cargo público, a Lei Complementar Municipal nº 82/2011 determina que:
- (A) a promoção interrompe o tempo de exercício.
 - (B) a posse dar-se-á pelo pleno exercício, sendo dispensada a assinatura do respectivo termo.
 - (C) haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação ou reintegração.
 - (D) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
 - (E) a posse não poderá ocorrer por procuração, mesmo que específica.
- 58.** Nos termos da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o Município aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências. Considerando que o Procurador Jurídico da Câmara Municipal fosse indagado sobre a necessidade de prestação de contas, estaria correto se afirmasse que
- (A) não há qualquer dispositivo específico na Lei Orgânica do Município que determine a necessária prestação de contas no tocante a verbas públicas destinadas à educação.
 - (B) até o final dos meses de fevereiro, junho e outubro, o Poder Executivo, por intermédio do Conselho Municipal de Educação, em audiência previamente agendada, prestará contas à Câmara Municipal a respeito da utilização de verbas públicas destinadas à educação, referente aos quatro meses anteriores.
 - (C) até o final dos meses de fevereiro, junho e outubro, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em audiência previamente agendada, prestará contas à Câmara Municipal a respeito da utilização de verbas públicas destinadas à educação, referente aos quatro meses anteriores.
 - (D) até o final de cada exercício fiscal, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em audiência previamente agendada, prestará contas à Câmara Municipal a respeito da utilização de verbas públicas destinadas à educação, referente aos quatro meses anteriores.
 - (E) até o final de cada exercício fiscal, o Poder Executivo, por intermédio do Conselho Municipal de Educação, em audiência previamente agendada, prestará contas à Câmara Municipal a respeito da utilização de verbas públicas destinadas à educação, referente aos quatro meses anteriores.

59. É correto que a Lei Orgânica do Município determina que no primeiro ano de cada legislatura,

- (A) no dia 1º de janeiro, às quinze horas, em sessão solene de instalação, independentemente do número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
- (B) no dia 1º de fevereiro, às quinze horas, em sessão solene de instalação, independentemente do número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
- (C) no dia 1º de janeiro, às quinze horas, em sessão solene de instalação, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
- (D) no dia 1º de fevereiro, às quinze horas, em sessão solene de instalação, havendo maioria simples dos membros da Câmara, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
- (E) no dia 1º de janeiro, às quinze horas, em sessão solene de instalação, independentemente do número, sob a Presidência do Juiz Eleitoral, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

60. No que concerne às Comissões Permanentes previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, é correto afirmar que

- (A) os Presidentes das Comissões Permanentes não poderão funcionar como Relatores.
- (B) as Comissões Permanentes serão nomeadas ou eleitas para o período da Sessão Legislativa, pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da sua nomeação ou eleição.
- (C) no Ato da composição das Comissões Permanentes figurará sempre o nome do Vereador efetivo, exceto se licenciado.
- (D) cada Vereador, exceto os que forem eleitos para comporem a Mesa, poderá participar de, no máximo, 06 (seis) Comissões Permanentes.
- (E) a votação para constituição de cada uma das Comissões Permanentes far-se-á mediante voto secreto.

